

A ESCOLA NO TERRITÓRIO DAS CIDADES: AS CONDIÇÕES DE MORADIA E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESCUMPRIMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

Celyane Souza dos Santos¹; Caio César Gomes de Moura²; Gisele Alves Xavier da Silva³; Robéria Viana Correia de Souza⁴; Edna Tânia Ferreira da Silva.⁵

Universidade Federal da Paraíba – celyanesouza1@hotmail.com

Resumo: O estudo desenvolveu-se na escola Nazinha Barbosa da Franca, localizada no Bairro de Manaíra, em João Pessoa-PB. A escola atende as crianças e aos adolescentes moradores do Bairro São José, integrando a maior parte dos estudantes. tem como objetivo discutir e analisar as problemáticas urbanas que incidem no descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) na educação, na perspectiva de compreender e intervir sobre a questão da infrequência e permanência de crianças e adolescentes na escola, visando a garantia de direitos, aliado ao fortalecimento de vínculos dos indivíduos e suas famílias com a escola e com a sociedade, a fim de que tenham acesso a educação e à proteção social. Procedeu-se mediante o acompanhamento, mapeamento e monitoramento dos alunos e suas famílias, que estão em descumprimento ao benefício na referida escola, complementado através de revisão bibliográfica. Desse modo, no processo da intervenção na escola, no acompanhamento das famílias, possibilitou levantar expressões da questão urbana que interferem no descumprimento do PBF, no caso na infrequência e evasão na escola. Logo, neste trabalho, foi problematizado às condições ambientais presentes no território e de infra-estrutura e serviços em que se insere o Bairro São José, que impactam no deslocamento e no acesso difícil à escola pelos seus moradores e no conseqüente descumprimento à condicionalidade exigida na Política de Assistência Social. O Bairro São José, paradoxalmente, não está distante da escola, em periferias longínquas, mas tem uma história associada à ocupação ribeirinha, subequipado e "apartado" do tecido urbano, com condições precárias de urbanidade e de pobreza absoluta. Observa-se, contudo, que a questão do "direito à cidade" para as classes de baixa renda não se resume somente à questão quanto à localização sócio-territorial, no caso, distante dos espaços bem equipados da cidade, embora a periferação seja uma marca dos conjuntos habitacionais construídos. A inexistência de urbanidade impede a circulação em outros bairros, agrava a precariedade e torna ainda mais difícil o acesso dos moradores aos serviços e benefícios.

Palavras-chave: Território, Escola, Assistência Social, Urbanização.

¹ Graduanda do curso de Serviço Social da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) e Extensionista Bolsista do Projeto de Extensão “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”. E-mail: celyanesouza1@hotmail.com;

² Graduando do curso de Serviço Social da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) e Extensionista Colaborador do Projeto de Extensão “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”. E-mail: kaiogmoura@gmail.com;

³ “Graduanda do curso de Serviço Social da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) e Extensionista Colaboradora do Projeto de Extensão” O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”. E-mail: giselexavierrr@gmail.com;

⁴ Graduanda do curso de Serviço Social da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) e Extensionista Colaboradora do Projeto de Extensão “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”. E-mail: roberiviana@hotmail.com;

⁵ Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) e vice-coordenadora do Projeto de Extensão “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”. E-mail: silva_edna@uol.com.br

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um desdobramento parcial referente a sistematização da experiência de extensão, do curso de Serviço Social/UFPB, realizada na Escola Municipal "Nazinha Barbosa da Franca", situada no bairro Manaíra, em João Pessoa-PB, vinculada a intervenção acerca do descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) na educação. A escola atende as crianças e aos adolescentes moradoras do Bairro São José, integrando a maior parte dos estudantes.

O estudo tem como objetivo discutir e analisar as problemáticas urbanas que incidem no descumprimento das condicionalidades do PBF na educação, na perspectiva de compreender e intervir sobre a questão da frequência e permanência de crianças e adolescentes na escola, visando a garantia de direitos, aliado ao fortalecimento de vínculos dos indivíduos e suas famílias com a escola e com a sociedade, a fim de que tenham acesso a educação e à proteção social. O estudo procedeu-se mediante o acompanhamento, mapeamento e monitoramento dos alunos e suas famílias, que estão em descumprimento ao benefício na referida escola.

Desse modo, no processo da intervenção na escola, no acompanhamento das famílias, possibilitou levantar expressões da questão urbana que interferem no descumprimento do PBF, no caso na infrequência e evasão na escola.

Logo, neste trabalho, será problematizado às condições ambientais presentes no território e de infra-estrutura e serviços em que se insere o bairro São José, que impactam no deslocamento e no acesso difícil à escola pelos seus moradores. O Bairro São José foi construído em região de manguezal às margens do Rio Jaguaribe. A escola se situa nas proximidades do bairro, no entanto, contraditoriamente está localizada no Bairro de Manaíra, de classe média alta com infraestrutura, equipamentos e serviços ofertados na cidade.

Trata-se do modo de inserção de populações nas cidades no Brasil, caracterizadas nas suas desigualdades de renda, de classes e de qualidade de vida dos seus moradores.

Uma característica comum a todas as cidades brasileiras, independentemente de sua região, história, economia ou tamanho, é o fato de cada uma delas apresentar um contraste muito claro entre uma parte da cidade que possui alguma condição de urbanidade, uma porção pavimentada, ajardinada e arborizada, com infra-estrutura completa - independente da qualidade desses elementos, que em geral é pouca - e outra parte, normalmente de duas a três vezes maior do que a primeira cuja infra-estrutura é incompleta, o urbanismo inexistente, que se aproxima mais da idéia de um acampamento do que propriamente de uma cidade. [...] na ocupação precária do mangue em contraposição à alta qualidade dos bairros da orla, em muitas cidades de beira-mar; na eterna linha divisória entre o morro e o asfalto no Rio, e em muitas outras variantes dessa cisão das nossas cidades que se repete permanentemente em nossa história e geografia urbana. (ROLNIK, 2002, p.54)

O Bairro São José, paradoxalmente, não está distante da escola, em periferias longínquas, mas tem uma história associada à ocupação ribeirinha, subequipado e "apartado" do tecido urbano, com condições precárias de urbanidade e de pobreza absoluta. Observa-se, contudo, que a questão do "direito à cidade" para as classes de baixa renda não se resume somente à questão quanto à localização sócio-territorial, no caso, distante dos espaços bem equipados da cidade, embora a periferização seja uma marca dos conjuntos habitacionais construídos. A inexistência de urbanidade impede a circulação em outros bairros, agrava a precariedade e torna ainda mais difícil o acesso dos moradores aos serviços e benefícios.

Para os moradores do Bairro São José, principalmente nos meses de inverno, quando no Nordeste, especificamente em João Pessoa, têm-se fortes chuvas, ocorre a dificuldade das crianças e adolescentes do bairro acessarem a escola.

Assim, a territorialidade, bem como, a não integralidade entre as políticas da habitação, da educação, da saúde e da assistência social, entre outras interferem no cumprimento das condicionalidades do PBF.

2- METODOLOGIA

O estudo procedeu-se mediante o acompanhamento, mapeamento e monitoramento dos alunos, do 1º ao 9º ano, e suas famílias, na Escola Nazinha Barbosa da Franca, que estão em descumprimento ao Programa Bolsa Família (PBF) na Escola. Realizou-se levantamento quantitativo de alunos em descumprimento do PBF através da frequência escolar nos turnos da manhã e da tarde, visita domiciliar, oficinas e reuniões.

Contudo, esta experiência de intervenção é complementada através de pesquisa bibliográfica, mediante consulta a dados secundários publicizados em livros, revistas, artigos, dissertações de mestrado e sites. No processo de análise dos dados, buscou-se com base em referencial teórico-crítico fundamentar o objeto de estudo, na perspectiva de compreendê-lo em sua totalidade, formulando categorias temáticas para explicar as contradições e paradoxos que emergem do real.

Desse modo, possibilitou levantar expressões da questão urbana que interferem no descumprimento do PBF, na infrequência e evasão na escola.

3- RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência da pobreza marca de forma permanente as cidades no Brasil, ao passo em que traz em seu rastro situações de riscos e vulnerabilidades sociais de grandes contingentes de trabalhadores. São famílias que vivenciam um conjunto de desproteções, privações e necessidades, uma pobreza cotidiana absoluta, dado às condições aviltantes de sobrevivência.

Fato que explica-se em decorrência não somente da multifatorialidade das necessidades sociais decorrentes de privações de trabalho, de renda, como pela ausente universalidade de presença e/ou precariedade de equipamentos sociais urbanos nos lugares onde vive a população, como é o caso das escolas nos bairros pobres das cidades.

A cidade é dividida em função das classes sociais e da divisão social do trabalho e a pobreza está confinada nos territórios. Encontramos imensas diferenças de acesso aos serviços sociais nas cidades, como é o caso da educação, uma verdadeira "exclusão territorial". De acordo com Rolnik (2002),

O quadro de contraposição entre uma minoria qualificada e uma maioria com condições urbanísticas precárias relaciona-se a todas as formas de desigualdades, correspondendo a uma situação de exclusão territorial. Essa situação de exclusão é muito mais do que a expressão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais: é agente de reprodução dessa desigualdade. Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infra-estrutura e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura ou lazer. Simetricamente, as oportunidades de crescimento circulam nos meios daqueles que já vivem melhor, pois a sobreposição das diversas dimensões da exclusão incidindo sobre a mesma população fazem com que a permeabilidade entre as duas partes seja muito pequena. (2002, p. 54-55)

Desse modo, o direito à cidade e imerso nela o direito à moradia, a assistência social e ao acesso aos serviços de educação, uma forma particular de materialização do direito à cidade, se dá num contexto contraditório de classes e profundamente desigual, de leis avançadas na institucionalização de instrumentos de gestão urbana, qualificados de democráticos, mas de manutenção dos processos de apropriação privada da terra, de precarização da força de trabalho e de degradação de recursos ambientais.

Assim o direito à cidade, ao que ela oferece em termos de equipamentos sociais, não é acessível à população de bairros de baixa renda, como é o caso do Bairro São José, mesmo apresentando como peculiaridade o fato de está localizado nas proximidades de Manaíra que é um bairro de classe média alta, em João Pessoa- PB.

Os moradores do Bairro São José estão situados nas menores faixas de renda e são desempregados, trabalhadores dos serviços domésticos, aposentados, vendedores ambulantes,



biscateiros, catadores de material reciclável, ajudantes da construção civil, eletricitas, garçons, pescadores, trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias, guardadores de carros, pedintes, agentes comunitários, e outros, e grande parte da população sem vínculo empregatício e direitos trabalhistas. De uma maneira geral, observa-se que a composição da renda dos moradores do bairro indica uma participação expressiva nos programas de assistência social, com destaque para a renda do Programa Bolsa Família.

Os dados de renda se refletem na escolaridade, com grande percentual de pessoas que não estudaram e que não conseguem manter os filhos na escola, como é o caso do descumprimento a condicionalidade da educação do PBF, e os motivos encontrados são a dificuldade de acesso e de manter-se na escola. O bairro São José e a Escola "Nazinha Barbosa da Franca", é expressão dessa realidade.

Por volta da década 1970, consequência de um intenso processo migratório, em especial causado pelas transformações na organização da produção no campo, secas prolongadas no Sertão, Borborema e no Agreste e as desigualdades sociais presentes na cidade – baixos salários, subemprego e desemprego surgiram às primeiras comunidades na cidade de João Pessoa. O Bairro São José, que como já afirmado, encontra-se a beira do Rio Jaguaribe, local que com muita frequência é citado em manchetes dos principais jornais do Estado da Paraíba.

Em geral, a população de baixa renda só tem a possibilidade de ocupar terras periféricas - muito mais baratas porque em geral não têm nenhuma infra-estrutura - e construir aos poucos suas casas. Ou ocupar áreas ambientalmente frágeis, que teoricamente não poderiam ser urbanizadas. [...] E quando as ocupações das áreas frágeis ou estratégicas do ponto de vista ambiental provoca as enchentes ou a erosão, é evidente que quem vai sofrer mais é o habitante desses locais, mas as enchentes, a contaminação dos mananciais, os processos erosivos mais dramáticos atingem a cidade como um todo. (ROLNIK, 2002, p 55)

Registros publicizados em diversos estudos indicam que a encosta do Rio Jaguaribe começou a ser ocupada nos anos de 1970 e acelerada em 1980. Os ocupantes começaram a construir moradias nos terrenos de maior salubridade, menor proximidade do rio, locais que estavam aptos para o plantio de roças e criação de animais. A comunidade São José foi ocupada nesse período. Araújo afirma que,

O espaço que até então se podia dizer harmonioso, com o crescimento acelerado a cada década já podia se observar o surgimento de problemas agravados pelas ocupações que, aos poucos, comprometiam as condições sanitárias e de habitabilidade na área, tanto pela falta de esgotamento sanitário, como pela poluição do rio causada pelo número muito grande de pessoas que em 1983, chegou a atingir aproximadamente 6.000 habitantes. (ARAÚJO, 2007, p.21)

De acordo com Cortez (1999, p. 124), o bairro São José tem um histórico de ocupações de moradores de diversas localidades, alguns de outros bairros ou comunidades da cidade João Pessoa, outros de áreas um pouco mais distantes, dos municípios que compõem a mesorregião Agreste, Borborema e Sertão, expulsos pela seca, pela falta de emprego e com o objetivo da conquista de trabalho e de moradia na cidade grande.

É importante salientar que nesse contexto de formação do bairro São José, a cidade de João Pessoa encontrava-se em um processo de alterações em sua dinâmica sócio ocupacional. O mercado especulativo imobiliário investia nos centros urbanos, nisso operava-se uma expulsão da classe pobre para áreas afastadas dessas novas centralidades, em áreas insalubres e de risco ambiental. Essa dinâmica de produção do espaço faz crescer a desigualdade e a segregação sócioespacial.

Para permanecer na cidade, o homem expulso do campo e de dentro da própria cidade, procura os espaços em áreas de várzeas e de encostas, bem como ocorreu com os moradores do Bairro São José que lá estão por meio de um processo de ocupação.

Os principais condicionantes do seu surgimento foram a localização próxima dos bairros de Manaíra e Tambaú, que começavam a ganhar feições de bairros de classe média-alta, atraentes para absorver uma mão-de-obra menos qualificada como de vigia, jardineiro, empregos domésticos, e um mercado da construção civil em crescimento, favorável para pedreiros, serventes, encanadores, eletricitas etc. (LIMA; HUGO, 2013)

Ao passo que se intensificou a urbanização nas redondezas da comunidade, nesse caso, a impermeabilização do solo e alterações no curso do rio Jaguaribe para investimentos urbanos, a área se tornou susceptível ao desencadeamento de enchentes provocadas pelas cheias do rio, colocando o Bairro São José exposto ao risco iminente.

A construção do shopping Manaíra, a qual se sucedeu a impermeabilização e aterro da área provocando uma alteração no solo, é um dos grandes elementos que contribuiu para que o bairro hoje, seja constituído de tanta vulnerabilidade social. Além da presença de fatores que contribuem para ocorrência de enchentes no local, “essas áreas são consideradas de risco a enchente, por se localizarem na planície com altitudes inferiores aos 5m (cinco metros)” (ANDRADE; SANTOS 2012, p.4). As enchentes configuram um dos maiores problemas ambientais do Bairro São José, quando o fenômeno ocorre, além de colocar em risco muitas moradias, famílias e pessoas, dificultando o acesso a outras áreas, muitos estabelecimentos no bairro são fechados pela impossibilidade do acesso aos mesmos.

O Bairro São José tem uma população de 7.078 habitantes em 2010, dados do censo demográfico do IBGE, sendo 52,0% composto por mulheres e onde prevalece a faixa de escolaridade do ensino fundamental incompleto. A participação do governo municipal no tocante às melhorias de infraestrutura no bairro acontece de forma lenta ao longo de muitos anos e de grandes conflitos de urbanização.

Pode-se observar que hoje a comunidade possui uma única via de acesso transitável, que possibilita a passagem de automóveis, sendo esta via conhecida como a Rua Edmundo Filho, a principal via de acesso à comunidade, e por onde hoje passa o transporte coletivo que atende aos moradores, existem outras ruas que compõem o bairro, sendo elas a rua Projetada e rua do Rio, porém são ruas estreitas que não possuem condições de acesso de automóveis. Em contrapartida, a comunidade não possui escola pública, as crianças e adolescentes têm que se deslocarem para o Bairro de Manaíra, onde se localiza a Escola Estadual Alice Carneiro, que possui ensino médio e as Escolas de Ensino Fundamental Nazinha Barbosa da Franca, também no Bairro Manaíra, e a Escola Estadual Capitulina Sátyro, no bairro do João Agripino.

Importante destacar a interação da Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca com o Bairro São José, pois consiste em sua historicidade um processo de luta emancipatória para que a Escola consolide o seu local nas proximidades do Bairro São José. De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola Nazinha Barbosa (2016), em 1994 a Escola Nazinha Barbosa funcionava na Rua Edmundo Filho, entretanto, nos anos de 1995 e 1996 o Rio Jaguaribe transbordou afetando inúmeras famílias, com isso a escola foi invadida pelos moradores. Em relação a isto, a Prefeitura Municipal decidiu transferir a Escola Nazinha, para Rua Maria Rosa, no Bairro de Manaíra, onde perdurou por seis meses.

Após esse período, tem-se outra mudança da Escola Nazinha, para outra Rua do Bairro de Manaíra, a Rua Eutiquiano Barreto, porém a escola permaneceu neste local por apenas oito meses. Só então em 1998 foi para a Rua Francisco Brandão, nº 925/937, que estava situada em duas casas alugadas. Todo esse processo de remanejamento da localidade da Escola Nazinha Barbosa, só findou, definitivamente em 2005, em que a Prefeitura Municipal de João Pessoa, comprou um prédio e cedeu para a Escola Nazinha Barbosa, que permanece até os dias atuais, na mesma localidade, em Manaíra.

Desta forma, a relevância do Projeto de Extensão “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, é de

viabilizar que haja o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, como salientado anteriormente, grande parte do alunado são residentes do Bairro São José, de urbanização precária do Bairro, que constitui em sua territorialidade uma expressiva desigualdade social.

Importante salientar que o PBF incide em sua condicionalidade a perspectiva do direito social, principalmente para as famílias que estão em vulnerabilidade social, porém as implicações urbanas, a precariedade do próprio Bairro, implica no descumprimento da condicionalidade na Educação de crianças e adolescentes beneficiários do PBF, matriculados no Ensino Fundamental I e II, da referida Escola. Desse processo tem-se a negação do direito, a sua não efetividade. Uma contradição quando se espera que,

[...] A condicionalidade em educação do PBF gera também alguns resultados indiretos muito importantes, como a ênfase no campo educacional da desigualdade socioeconômica e da vulnerabilidade de alunos em situação de pobreza, o que está relacionado à valorização da permanência da criança e do adolescente na escola e o combate ao abandono e à evasão escolar, portanto, a fim de reforçar o percurso educacional regular como um direito, sem interrupções, dos alunos das famílias de baixa renda. (CURRALERO et al, 2010, p.165).

Contraposto a efetivação do direito, formula-se os seguintes dados coletados da realidade no tocante aos (as) alunos (as) do Ensino Fundamental I e II da Escola Nazinha Barbosa, representados nos quadros abaixo (Quadro I e II).

Quadro 1 – Alunos do Fundamental I, beneficiários do PBF em descumprimento da frequência escolar - 2017

	Alunos Beneficiários do PBF	Descumpridores em MAIO	Descumpridores em JUNHO	Descumpridores em JULHO
1º ANO	51	13	13	14
2º ANO	54	15	9	28
3º ANO	73	24	12	23
4º ANO	70	18	15	22
5º ANO	44	18	5	14
TOTAL	292	88	54	101

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 2 – Alunos do Fundamental II, beneficiários do PBF em descumprimento da frequência escolar - 2017

	Alunos Beneficiários do PBF	Descumpridores em MAIO	Descumpridores em JUNHO	Descumpridores em JULHO
6º ANO	66	13	5	21
7º ANO	40	13	1	26
8º ANO	27	8	5	12
9º ANO	26	3	1	8
TOTAL	159	37	12	67

Fonte: Elaboração Própria

Com base nos dados acima, constata-se que o alto índice de faltas dos alunos têm relação com as fortes chuvas que submerge o Rio Jaguaribe nos meses de maio, junho e julho, que totalizam no descumprimento de alunos (as) do Fundamental I em 243 alunos (as), referindo-se a 83% e no Fundamental II em 116 alunos (as), equivalendo 72% do alunado. Outra situação é o acesso à Escola Nazinha, que com as cheias do Rio Jaguaribe às pontes que dão a possibilidade de chegar a Escola ficam inundadas, afetando os (as) alunos (as) no cumprimento da frequência escolar.

Desse modo, concordamos com Rolnik (2002), ao constatar na experiência de extensão que há uma relação estreita entre exclusão territorial e a violência urbana. A infra-estrutura urbana precária do bairro e a dificuldade de acesso a serviços e equipamentos é pressuposto para que uma política urbana integrada à política da assistência social possa dar resposta a estrutura profundamente desigual da cidade.

4- CONCLUSÕES

A experiência da pobreza marca de forma permanente as cidades no Brasil, ao passo em que traz em seu rastro situações de riscos e vulnerabilidades sociais de grandes contingentes de trabalhadores. São famílias que vivenciam um conjunto de desproteções, privações e necessidades, uma pobreza cotidiana absoluta, dado às condições aviltantes de sobrevivência.

Nesse estudo, constatou-se que às condições ambientais presentes no território e de infraestrutura e serviços em que se insere o bairro São José, impactam no deslocamento e no acesso difícil à escola pelos seus moradores. O Bairro São José foi construído em região de manguezal às margens do Rio Jaguaribe. A escola se situa nas proximidades do bairro, no entanto, contraditoriamente está localizada no bairro de Manaíra, de classe média alta com infraestrutura, equipamentos e serviços ofertados na cidade.

Para os moradores do Bairro São José, principalmente nos meses de inverno, quando no Nordeste, especificamente em João Pessoa, têm-se fortes chuvas, ocorre a dificuldade das crianças e adolescentes do bairro acessarem a escola. Assim, a territorialidade, bem como, a não integralidade entre as políticas da habitação, da educação, da saúde e da assistência social, entre outras interferem no cumprimento das condicionalidades do PBF. A cidade é dividida em função das classes sociais e da divisão social do trabalho e a pobreza está confinada nos territórios. Encontramos imensas diferenças de acesso aos serviços sociais nas cidades, como é o caso da educação, uma verdadeira "exclusão territorial".

Desse modo, o direito à cidade e imerso nela o direito à moradia, a assistência social e ao acesso aos serviços de educação, uma forma particular de materialização do direito à cidade, se dá num contexto contraditório de classes e profundamente desigual, de leis avançadas na institucionalização de instrumentos de gestão urbana, qualificados de democráticos, mas de manutenção dos processos de apropriação privada da terra, mercantilização, de precarização da força de trabalho, de degradação de recursos ambientais e de reprodução da pobreza.

Assim o direito à cidade, ao que ela oferece em termos de equipamentos sociais, não é acessível à população de bairros de baixa renda, como é o caso do Bairro São José, mesmo apresentando como peculiaridade o fato de está localizado nas proximidades do Bairro de Manaíra, de classe média alta, em João Pessoa- PB.

Desse modo, concordamos com Rolnik (2002), ao constatar na experiência de extensão, que há uma relação estreita entre exclusão territorial e a violência urbana. A infra-estrutura urbana precária do bairro e a dificuldade de acesso a serviços e equipamentos é pressuposto para que uma política urbana integrada à política da Assistência Social possa dar resposta a estrutura profundamente desigual da cidade.

5- REFERÊNCIAS

ANDRADE, Shirley Rodrigues de; SANTOS, Jocélio Araújo dos. **A CARTOGRAFIA DA SUSCETIBILIDADE A DESLIZAMENTOS E ENCHENTES NO AGLOMERADO SUBNORMAL, FAVELA SÃO JOSÉ, JOÃO PESSOA (PB)**. Disponível em: <<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/view/802/1592>>. Acesso em: 05 set. 2017.

ARAÚJO, Jocélio. “**Análise dos riscos ambientais relacionados às enchentes e deslizamentos na favela São José, João Pessoa – PB**”. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, 2007.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico 2010. Disponível em <<https://applocal.com.br/populacao/bairro/sao-jose/joao-pessoa/pb/>>. Acesso em: 05 set. 2017

CURRALERO, Cláudia Baddini, et al. As condicionalidades do programa bolsa família. In: **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios/ org: Jorge Abrahão de Castro, Lúcia Modesto**. Brasília: Ipea, 2010. v.1. sec. I. Cap. 5. p. 151-178.

CORTEZ, J. C. V. **Ocupação urbana em áreas de risco na cidade de João Pessoa (O caso da Comunidade São José)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, 169 f. 1999.

GOMES, Maria de Fátima Leite. **O Programa Bolsa família (PBF) e suas condicionalidades na educação: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos(as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca – João Pessoa, 2017**.

LIMA, Marco Antonio Suassuna; HUGO, Victor. **Reflexões sobre desenho urbano para o bairro São José – João Pessoa (PB)**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.162/4956>>. Acesso em: 05 set. 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nazinha Barbosa da Franca**. João Pessoa-PB, 2016.

ROLNIK, Raquel. É possível uma política urbana contra a exclusão? In: **Serviço Social e sociedade Ano XXII**. n 72. São Paulo: Cortez, 2002.